



EDILBERTO CARLOS PONTES LIMA  
*Coordenador*

Prefácio  
*Ivan Lelis Bonilha*

# OS TRIBUNAIS DE CONTAS, A PANDEMIA E O FUTURO DO CONTROLE

4

Belo Horizonte  
**FÓRUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

2021



© 2021 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

#### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Florianio de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

## FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Conselho de apoio, estruturação e organização: Caio Victor Ribeiro dos Santos / Frederico Carvalho Dias

Av. Afonso Pena, 2770 – 15ª andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

T822	Os Tribunais de Contas, a pandemia e o futuro do controle / coordenado por Edilberto Carlos Pontes Lima. – Belo Horizonte : Fórum, 2021. 534p. ; 17cm x 24cm. – (Coleção IRB/Fórum ; v.4)
	Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-282-8
	1. Direito financeiro. 2. Direito econômico. 3. Direito. 4. Economia. 5. Contabilidade. 6. Finanças públicas. I. Lima, Edilberto Carlos Pontes. II. Título. III. Série
2021-3445	CDU: 341.378 CDU: 34:33

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LIMA, Edilberto Carlos Pontes (Coord.). *Os Tribunais de Contas, a pandemia e o futuro do controle*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 534p. ISBN 978-65-5518-282-8.

## SUMÁRIO

## PREFÁCIO

<b>Ivan Lelis Bonilha</b> .....	17
---------------------------------	----

## OS TRIBUNAIS DE CONTAS, A PANDEMIA E O FUTURO DO CONTROLE: UMA INTRODUÇÃO

<b>Edilberto Carlos Pontes Lima</b> .....	19
1 O futuro do controle .....	21
2 O controle digital .....	23
3 O papel da integridade pública .....	25
4 Alguns comentários finais .....	30
Referências .....	30

## A ÁGUIA, A CORUJA, A HÍBRIDEZ MATERIAL E A METAMORFOSE INSTITUCIONAL DAS CORTES DE CONTAS: DA CASA DOS CONTOS AOS TRIBUNAIS DA GOVERNANÇA PÚBLICA

<b>Adircélio de Moraes Ferreira Júnior</b> .....	33
Introdução .....	33
1 A quarta revolução industrial e os Tribunais de contas como sujeito e objeto de transformação .....	36
2 O estado democrático de direito, sua imprescindível função de controle e o equilíbrio entre os poderes .....	40
3 A hibridez material e a metamorfose institucional dos tribunais da governança pública .....	44
4 O impacto da hibridez material na estruturação organizacional e nos critérios de deflagração e de distribuição de processos dos Tribunais de Contas .....	50
Conclusão .....	54
Referências .....	56

## PANDEMIA FISCAL: UMA ANÁLISE ENTRE CORRUPÇÃO PÚBLICA, EVASÃO FISCAL E COVID-19

<b>Ahmed Sameer El Khatib</b> .....	59
Introdução .....	59
1 Desenvolvimento das hipóteses .....	63
1.1 Evasão fiscal e risco de saúde pública da COVID-19 .....	63
1.2 Corrupção e risco de saúde pública da COVID-19 .....	63
1.3 Efeito de moderação da corrupção .....	64
2 Plataforma metodológica .....	64
2.1 Seleção amostral .....	64
2.2 Modelos e variáveis de pesquisa .....	64

2.2.1	Variável dependente.....	65
2.2.2	Variáveis independentes.....	65
2.2.3	Variáveis moderadoras .....	65
3	Resultados e discussão.....	67
3.1	Estatísticas descritivas e matriz de correlação.....	67
3.2	Teste de hipóteses e discussão .....	68
	Considerações finais.....	71
	Referências .....	72

## INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO E O FUTURO DAS INSTITUIÇÕES DE CONTROLE

<b>Ana Carla Bliacheriene, Luciano Vieira de Araújo.....</b>	<b>75</b>
Introdução.....	75
1    A inovação e o Setor Público.....	77
2    Inovação tecnológica na Administração Pública.....	82
3    Inovação no controle da Administração Pública.....	86
Conclusão.....	88
Referências .....	89

## A INSERÇÃO DE DISCIPLINAS DE CONHECIMENTO COMO SUPORTE AOS TCs EM CENÁRIO PANDÊMICO: O DESIGN PARA ALÉM DO “THINKING”

<b>Ana Sofia Carreço de Oliveira .....</b>	<b>93</b>
Introdução.....	93
1    Os Tribunais de Contas e a pandemia.....	97
2    As disciplinas de conhecimento como suporte ao setor público.....	100
3    A gestão do <i>design</i> como estratégia aos TCS.....	102
3.1 <i>Design, designer</i> e gestão.....	102
3.2 <i>Design, gestão de design</i> e <i>designer</i> no setor público.....	108
3.3 <i>Design, gestão de design</i> e o <i>designer</i> em TCs .....	113
Conclusão.....	115
Referências .....	117

## A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO EM FACE DAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS PROVOCADAS PELA PANDEMIA

<b>Benjamin Zymler, Francisco Sérgio Maia Alves, Thais da Matta Machado Fernandes.....</b>	<b>121</b>
Introdução.....	121
1    Os problemas fiscais decorrentes da pandemia.....	122
1.1    Do “orçamento de guerra” e das medidas de estímulo econômico no Brasil ...	122
1.2    Dos impactos nos resultados primário e nominal e na dívida pública.....	123
1.3    Dos impactos da retração da economia na Receita Corrente Líquida e nos limites de despesa de pessoal estabelecidos pela LRF .....	123
1.4    Da necessidade de controle da despesa de pessoal num cenário de ajuste fiscal .....	124
2    Os novos institutos para contratações criados durante a pandemia.....	126
2.1    Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020 .....	127
2.2    Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 .....	127

2.2.1	Objetos das contratações.....	127
2.2.2	Nova hipótese de dispensa de licitação.....	128
2.2.3	Transparência Pública.....	129
2.2.4	Permissão de contratação de empresa sancionada.....	129
2.2.5	Dispensa de licitação com registro de preços.....	129
2.2.6	Simplificação do procedimento de dispensa de licitação.....	130
2.2.7	Pregão com prazos abreviados.....	133
2.2.8	Contratos.....	133
2.2.9	Outras disposições.....	134
2.3	Lei nº 14.065, de 30 de setembro de 2020.....	134
2.3.1	Novos limites de dispensa de licitação.....	135
2.3.2	Pagamento antecipado.....	135
2.3.3	RDC ampliado.....	136
2.3.4	Espaço de incidência da norma.....	136
2.3.5	Transparência pública.....	136
2.4	Lei nº 14.121, de 1º de março de 2021.....	137
2.5	Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021.....	138
2.6	Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021.....	139
3	A governança das instituições públicas durante a pandemia.....	140
3.1	Acompanhamento da estrutura de governança do Ministério da Saúde para o enfrentamento da pandemia.....	140
3.2	Acompanhamento da estrutura de governança do Centro de Governo para o enfrentamento da pandemia.....	142
4	A atuação do TCU durante a pandemia e as lições aprendidas.....	143
	Conclusões.....	147
	Referências.....	148

RELATÓRIO DE PESQUISA REALIZADA PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A MODALIDADE DE TELETRABALHO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL

**Bianca Tristão Sandri, Fábio Vargas Souza, Isabela de Freitas Costa Vasconcellos**

<b>Pylro</b> .....	151
Introdução.....	151
1    Contexto e realidade investigada.....	152
2    Diagnóstico da situação-problema e/ou oportunidade.....	153
3    Análise da situação-problema.....	154
3.1  Bloco 1 – Antes da pandemia.....	155
3.2  Bloco 2 – Durante a pandemia.....	155
3.3  Bloco 3 – Pós-pandemia.....	158
3.4  Bloco 4 – Perfil dos respondentes.....	159
4    Contribuições tecnológicas e sociais.....	159
Referências.....	161
Anexos: Questionários da pesquisa.....	162

## A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E OS DESAFIOS DO CONTROLE EXTERNO

<b>Crislayne Cavalcante, Ivan Lelis Bonilha</b> .....	173
Introdução.....	173
1    A fiscalização das contratações públicas pelos Tribunais de Contas.....	174
1.1    Competências dos Tribunais de Contas.....	174
1.2    Levantamento dos procedimentos de fiscalização.....	176
1.2.1    Competências previstas na Lei Orgânica.....	177
1.2.2    Fiscalização de atos ou contratos.....	178
1.2.3    Auditorias.....	180
1.2.4    Inspeções.....	181
1.2.5    Acompanhamentos.....	183
1.2.6    Exame do Instrumento Convocatório (art. 113 da Lei nº 8.666/93).....	183
1.2.7    Objetos de fiscalização em licitações e critérios.....	184
2    A nova lei de licitações e os Tribunais de Contas.....	185
3    Os desafios do controle.....	187
Referências.....	188

## ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19

<b>Diana Vaz de Lima, Jailson Gomes de Araújo Júnior, Leandro Menezes Rodrigues, Petrônio Pires de Paula, Rafael Larêdo Mendonça, Sabrina Reinbold Rezende</b> .....	191
Proposta.....	191
Metodologia.....	191
Achados.....	192
Originalidade.....	192
Introdução.....	192
1    Desenvolvimento.....	194
2    Metodologia.....	198
3    Resultados.....	200
3.1    Operacionalização das atividades.....	200
3.2    Relacionamento com os jurisdicionados.....	202
3.3    Meios Tecnológicos.....	203
3.4    Práticas de transparência.....	203
3.5    Possíveis práticas no pós-pandemia.....	204
Considerações finais.....	205
Referências.....	206

## CONFLITOS DE COMPETÊNCIA E ATUAÇÃO COOPERADA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS INTERGOVERNAMENTAIS DO CONTROLE EXTERNO BRASILEIRO

<b>Dualyson de Abreu Borba, Fernanda Pinheiro Pantoja</b> .....	209
Introdução.....	209
1    Tribunais de Contas na Estrutura Federalista Brasileira.....	210
2    Conflitos de competência e atuação conjunta dos Tribunais de Contas.....	212
Considerações finais.....	220
Referências.....	221

## PASSOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS PARA ADEQUAÇÃO À LGPD PELAS CORTES DE CONTAS BRASILEIRAS

<b>Fabio Correa Xavier</b> .....	225
1 Agentes de tratamento de dados pessoais .....	226
2 Ações mínimas para adequação à LGPD pelas Cortes de Contas.....	228
2.1 Programa de Governança em Privacidade .....	229
2.2 Definição do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais .....	232
2.3 Diagnóstico da situação atual – Inventário de Dados.....	235
2.4 Fortalecimento da segurança da informação.....	236
2.5 Revisão de contratos e convênios .....	241
2.6 Programa de capacitação continuada .....	241
Considerações finais.....	242
Referências .....	243

## O TRIBUNAL DE CONTAS CONTEMPORÂNEO, O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO E A PANDEMIA

<b>Fábio Túlio Filgueiras Nogueira</b> .....	245
Pensamentos preliminares.....	245
1 O tribunal de contas contemporâneo em construção.....	246
2 A pandemia e sua contribuição à mudança.....	252
Referências .....	254

## BREVES REFLEXÕES SOBRE A EFETIVIDADE DO SISTEMA BRASILEIRO DE COMBATE À CORRUPÇÃO: A SOBREPOSIÇÃO DE AUTORIDADES E AS METODOLOGIAS PARA CALCULAR O DANO AO ERÁRIO FEDERAL

<b>Fernando Antônio da Silva Falcão</b> .....	255
Introdução.....	255
1 O sistema federal brasileiro de combate à corrupção.....	256
2 A sobreposição de competências entre as autoridades que compõem o sistema federal brasileiro de combate à corrupção.....	259
3 O sistema federal norte-americano de combate à corrupção .....	262
4 Metodologias para calcular o dano ao erário .....	266
Conclusão.....	269
Referências .....	271

## INTERVENÇÕES PÚBLICAS EM UM CENÁRIO DE PANDEMIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS – CAUTELA E CANJA DE GALINHA NÃO FAZEM MAL A NINGUÉM

<b>Fernando B. Meneguim, Amanda Flávio de Oliveira</b> .....	275
Introdução.....	275
1 Falhas de governo e suas lições no cenário de pandemia.....	276
2 Matriz institucional e controle.....	279
Conclusão.....	281
Referências .....	282

**CORRUPÇÃO, TRIBUNAIS DE CONTAS E JURIMETRIA: PROPOSTA DE UM SISTEMA DE INDICADORES DE CORRUPÇÃO BASEADO EM DADOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

<b>Gilson Piqueras Garcia</b> .....	283
Introdução.....	283
1    Referencial teórico: o conceito de corrupção .....	284
2    Metodologia.....	289
3    Resultados.....	290
4    Propriedades dos indicadores (CIPM e VDPM) .....	296
Considerações finais.....	298
Referências .....	299

**O PAPEL DE CONTROLE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS E O SEU IMPACTO DEMOCRÁTICO NAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19**

<b>Grhegory Paiva Pires Moreira Maia, Julia Natália Araújo Santos</b> .....	301
Introdução.....	301
1    O controle no Estado Democrático de Direito e a gestão da coisa pública .....	302
2    O desenho constitucional dos Tribunais de Contas na Constituição da República de 88 e o controle externo .....	305
3    Para além do controle externo: o papel do Tribunal de Contas como facilitador da transparência dos recursos públicos destinados ao enfrentamento da pandemia.....	306
4    A experiência e a iniciativa dos Tribunais de Contas no combate e enfrentamento à COVID-19.....	308
Algumas conclusões: impacto positivo na qualidade democrática .....	311
Referências .....	312

**OS TRIBUNAIS DE CONTAS: A PANDEMIA E O FUTURO DO CONTROLE**

<b>Inaldo da Paixão Santos Araújo, Elisa Dias Lucas</b> .....	315
Referências .....	325

**APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19 E O USO DO COMPLIANCE**

<b>José Benito Leal Soares Neto, Rafaella Batalha de Gois Gonçalves, Rafael Soares de Cerqueira</b> .....	327
Introdução.....	327
1    As fases evolutivas do <i>compliance</i> e da integridade no Brasil.....	328
2    A nova Lei de Licitações e as exigências ligadas à integridade e ao <i>compliance</i> .....	333
3    Da necessidade de redução dos limites mínimos para exigência de apresentação da existência de sistema de integridade pelas empresas licitantes .....	336
4    A necessidade de uma fiscalização efetiva da exigência de sistemas de <i>compliance</i> .....	337
Considerações finais.....	338
Referências .....	339



## OS EFEITOS DA PANDEMIA NA ATIVIDADE ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS

<b>Luiz Gilberto Mury</b> .....	341
Introdução.....	341
1    Análise dos dados.....	343
1.1  Metodologia.....	344
1.2  Comportamento do nível de emprego .....	344
1.3  Variação no número de empresas de Sociedade Limitada .....	346
1.4  Arrecadação de ICMS por município .....	348
1.5  Arrecadação de ISSQN por município .....	350
2    Participação dos municípios nos resultados.....	352
2.1  Fiscalização .....	353
2.2  Facilitação .....	353
2.3  Fomento.....	354
Considerações finais.....	355
Referências .....	356

## LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: ALTERAÇÕES DE NATUREZA PERMANENTE E PROVISÓRIA EFETUADAS PELAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 173/2020 E Nº 178/2021 E SEUS IMPACTOS NA ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

<b>Luiz Henrique Lima</b> .....	357
Introdução.....	357
1    A LRF em três tempos: antecedentes e gênese, adaptação e implementação e flexibilização e declínio.....	358
1.1  Antecedentes e gênese .....	359
1.2  Adaptação e implementação.....	359
1.3  Flexibilização complacente.....	362
2    A pandemia da COVID-19, o Direito Público de Emergência e as alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal pelas Leis Complementares nº 173/2020 e nº 178/2021 e pela Emenda Constitucional nº 109/2021 .....	364
2.1  Lei Complementar nº 173/2020 e Emenda Constitucional nº 109/2021.....	365
2.2  Lei Complementar nº 178/2021 .....	369
2.3  Breve síntese das alterações .....	374
3    Considerações sobre possíveis impactos das alterações na LRF na atuação dos Tribunais de Contas .....	375
Referências .....	377

## A CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CONFORME A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

<b>Moises Maciel, Angélica Ferreira Rosa</b> .....	381
Introdução.....	381
1    A licitação conforme a Lei nº 14.133/2021: as principais alterações e a atuação dos Tribunais de Contas.....	381
2    As novas regras para a contratação direta .....	383
3    O processo de contratação direta conforme a Lei nº 14.133/2021 .....	384
4    Da inexigibilidade de licitação de acordo com a nova Lei de licitações .....	387

5	Do <i>compliance</i> nas contratações diretas como forma de gestão de riscos .....	391
	Considerações finais.....	393
	Referências .....	393

#### OS TRIBUNAIS DE CONTAS DO SÉCULO XXI: ATUAÇÃO PREVENTIVA E COLABORATIVA PARA MELHORES RESULTADOS COM POLÍTICAS PÚBLICAS

<b>Marco Antônio Carvalho Teixeira, Maria Alice Pinheiro Nogueira Gomes</b> .....	395
Introdução.....	395
1    Governabilidade e controle externo: existe um <i>trade-off</i> ? .....	397
2    Breve contexto histórico e a inovação institucional dos Tribunais de Contas.....	400
3    Análise <i>ex ante</i> e o modelo prático de atuação preventiva pelos Tribunais de Contas.....	406
Referências .....	414

#### EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS E O FUTURO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

<b>Marcos Rolim</b> .....	417
Introdução.....	417
1    Uso de evidências em decisões judiciais .....	419
2    Controle externo com base em evidências .....	423
Considerações finais.....	427
Referências .....	429

#### O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA PELO PODER PÚBLICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ENSINO

<b>Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza, Lucas Fonlor Lemos Muniz Barreto</b> .....	433
Introdução.....	433
1    A pandemia da COVID-19, questões jurídicas, retorno gradual.....	434
1.1    Saúde pública .....	435
1.2    Dos aspectos jurídicos.....	436
1.3    Das medidas sanitárias e o retorno gradual às aulas presenciais.....	438
2    Impactos da pandemia sobre o processo de aprendizagem.....	438
2.1    Os efeitos psicológicos nos docentes .....	439
2.2    A pandemia e a aprendizagem .....	440
2.3    O fator emocional .....	442
3    O ensino possível.....	444
3.1    Momento de adaptação.....	445
Conclusão.....	449
Referências .....	450

#### ACCOUNTABILITY HORIZONTAL E CONTROLE EXTERNO ESTADUAL: REFLEXOS DA MUDANÇA INSTITUCIONAL NA ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ NO CONTROLE DOS RECURSOS RELACIONADOS À PANDEMIA DA COVID-19

<b>Ramon Patrese Veloso e Silva</b> .....	453
Introdução.....	453

1	Apontamentos sobre mudança institucional e <i>accountability</i> horizontal no Brasil .....	455
1.1	Qualidade da democracia e os Tribunais de Contas .....	459
2	Processo de mudança nos Tribunais de Contas brasileiros.....	462
3	O Tribunal de Contas do Piauí e o combate à Pandemia de COVID-19.....	464
	Conclusão.....	467
	Referências .....	468

## A HORA E A VEZ DO AJUSTE PREVIDENCIÁRIO

<b>Raul Velloso</b> .....	471
Introdução.....	471
1    Maior rigidez ou obrigatoriedade dos gastos.....	473
2    Previdência pública.....	475
3    A hora e a vez do ajuste dos RPPS.....	477
Referências .....	490

## A NECESSÁRIA ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS

<b>Rodrigo Coelho do Carmo, Lara Cristini Vieira Campos Pascoal, Renata Cunha Piccoli de Assis</b> .....	491
Introdução.....	491
1    Contexto histórico da evolução da política de Assistência Social .....	491
2    Da legislação aplicada à Assistência Social.....	492
3    Das principais unidades referenciadas do SUAS: CRAS e CREAS e suas equipes de referência.....	493
4    Da realidade estrutural da Assistência Social nos Municípios .....	495
5    Do entendimento consolidado em precedente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.....	497
6    Do necessário ajuste das despesas de gasto com pessoal para viabilizar a estruturação mínima dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS e CREAS).....	497
Conclusão.....	500
Referências .....	501

## TCE-ES: A CORTE DE CONTAS QUE A PANDEMIA NÃO PAROU

<b>Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun</b> .....	503
Introdução.....	503
1    Antes da chegada da pandemia.....	504
2    Quando a pandemia chegou .....	509
3    Realinhamento dos objetivos estratégicos e metas do TCE-ES em 2020 .....	510
3.1    Mutirão para diminuir o estoque processual .....	511
3.2    Política de orientação aos gestores públicos.....	512
3.3    Força Tarefa 1. Acompanhamento intensivo da gestão fiscal .....	514
3.4    Força Tarefa 2. Acompanhamento intensivo dos contratos emergenciais da pandemia .....	517
3.5    Força Tarefa 3. Fiscalização do processo de imunização da população .....	518
3.6    Força Tarefa 4. Fiscalização do retorno das aulas nas escolas públicas.....	520

3.7	Força Tarefa 5. Fiscalização do cumprimento das medidas de segurança sanitária .....	521
	Considerações finais.....	522
	Referências .....	523
	SOBRE OS AUTORES.....	525